



3º Simpósio Avaliação da Educação Superior
05 e 06 de setembro de 2017
Florianópolis – SC – Brasil
ISBN: 978-85-68618-04-2



A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS: O QUE SE PRODUZ SOBRE

JOICE PEREIRA DA SILVA CARVALHO

Universidade Federal de Pelotas
joice.ufpel@gmail.com

SIMONE PORTELLA TEIXEIRA DE MELLO

Universidade Federal de Pelotas
sptmello@gmail.com

RESUMO

Neste artigo analisa-se a autoavaliação, em especial a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em universidades federais brasileiras, por meio de publicações disponíveis no Portal de Periódicos CAPES/MEC, decorrentes de pesquisa na área. A metodologia compreende uma análise bibliométrica que explora as seguintes categorias: autoavaliação, Comissão Própria de Avaliação - CPA, referências mais citadas, metodologias apresentadas nos estudos, autoavaliação relacionada com outras categorias de análise, modelos de autoavaliação aplicados e ações institucionais decorrentes dos processos de autoavaliação. Os resultados revelam que os estudos empíricos ficam no âmbito das reflexões, não vão além daquilo que está prescrito na legislação. Basicamente descrevem os processos de autoavaliação nas IES, exceto um que propõe modelo conceitual para a gestão e avaliação estratégica da responsabilidade social em IES. As contribuições efetivas da autoavaliação para o desenvolvimento institucional, enquanto instrumento de gestão, limitam-se a um caso, o que infere o pouco aproveitamento dos diagnósticos produzidos pela CPAs para a melhoria da gestão universitária.

Palavras chave: Comissão Própria de Avaliação; Autoavaliação; Avaliação Institucional.

1. INTRODUÇÃO

A administração pública, em se tratando de instituições de ensino superior públicas, é peculiar. Se por um lado, os processos administrativos são regidos por legislações que regulam os demais poderes, tais como a lei de licitações e contratos, por outro lado, há a regulação do Ministério da Educação - MEC, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em especial no que tange à avaliação das Instituições de Educação Superior ou a também chamada avaliação institucional.

Essa avaliação tem sido mais visível à sociedade diante das políticas públicas educacionais de acesso ao ensino superior como o ENEM e dos resultados dos indicadores de qualidade da educação superior, periodicamente divulgados pelo INEP, onde se apresenta o conceito Enade; o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) (INEP, 2017).

Hoje em dia, muitas pessoas buscam cursos de qualidade e buscam informações sobre isso. Instituições captam alunos divulgando seus CPC e conceito ENADE. A concessão de bolsas também evidenciou a relevância nos indicadores de qualidade, pois depende não apenas no perfil do candidato, mas também do conceito do curso.

O INEP é uma autarquia federal vinculada ao MEC que tem como missão promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro, de modo a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas na área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade. Outra função do INEP é produzir informações claras e confiáveis aos gestores institucionais.

A partir de 14 de abril de 2004, com a sanção da Lei nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a autoavaliação entra em evidência nas Instituições de Educação Superior (IES) do Brasil, focando na melhoria da qualidade da educação superior.

Para Augusto e Balzan (2007, p. 608) “a avaliação interna é um processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer com vistas ao aperfeiçoamento de suas atividades acadêmicas, objetivando melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social. ”

Essa avaliação, que busca assegurar qualidade e atender plenamente as necessidades e expectativas da sociedade, também faz com que a Universidade se conheça, reflita e tenha o destino em suas próprias mãos (VENTURINI *et al*, 2010), sendo capaz de planejar seu futuro com base nas dificuldades apontadas, tornando o resultado da avaliação um forte aliado ao planejamento estratégico da Instituição.

Andriola e Souza (2010, p. 47) acrescentam que “a avaliação não é um procedimento meramente técnico ou burocrático. Independentemente do foco ideológico, a avaliação supõe valores e julgamentos a partir de referenciais que assumimos no contexto avaliativo. ”

A avaliação é uma importante ferramenta no gerenciamento de organizações públicas, pois na sua sistematização na educação superior a gestão encontra referencial administrativo para subsidiar as mudanças no planejamento estratégico, missão, ações e responsabilidade social da instituição, buscando assegurar qualidade acadêmica e consolidação de um sistema de educação superior no país (GRIBOSKI; FUNGHETTO, 2013).

Embora a avaliação institucional tenha como uma de suas modalidades a autoavaliação, que é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição, observa-se certo distanciamento entre as ações da CPA e as estratégias da gestão institucional decorrentes de diagnósticos produzidos via autoavaliação. Basicamente, a autoavaliação parece atender à regulação, a exemplo das avaliações *in loco* coordenadas pelo INEP, onde um dos indicadores da dimensão didático pedagógica trata das ações decorrentes dos processos de avaliação de curso internas, como melhorias da estrutura física, e externas, como é o caso do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, o ENADE.

Todavia, acredita-se que a importância da autoavaliação no dia a dia das IES se dá principalmente naquilo que decorre dela, visto que seu resultado direciona a gestão para consolidar suas boas práticas, mas também identifica os problemas que precisam ser corrigidos, de modo a promover melhorias diretas no ensino, pesquisa e extensão por meio da gestão institucional.

Então, a CPA é protagonista na avaliação institucional das instituições de ensino superior, sendo a responsável por coordenar as ações de autoavaliação e fornecer todas as informações necessárias ao INEP-MEC, além de sensibilizar a comunidade para participação dos processos avaliativos. Logo, as funções de uma CPA compreendem um importante diagnóstico para o planejamento institucional. Contudo, o tema ainda é pouco discutido, por isso, justifica-se este estudo.

Sendo assim, neste artigo analisa-se a autoavaliação, em especial a Comissão Própria de Avaliação em universidades federais brasileiras, por meio de publicações disponíveis no Portal de Periódicos CAPES/MEC. O trabalho é parte de um projeto de pesquisa em curso que investiga a influência da autoavaliação no desenvolvimento institucional de universidades públicas federais no país.

Após a introdução, o artigo apresenta as seguintes seções: conceitos preliminares sobre três temas que se relacionam: autoavaliação, comissão própria de avaliação e ações decorrentes da autoavaliação. A seguir descreve-se a metodologia desenvolvida e na sequência apresenta-se os resultados da pesquisa bibliométrica evidenciando as seguintes categorias de análise: autoavaliação; CPA; referências mais citadas; metodologias apresentadas; autoavaliação relacionada com outras categorias de análise; modelos de autoavaliação e ações institucionais decorrentes do diagnóstico realizado pela CPA. Ao final, fazem-se as considerações, estabelecem-se recomendações e finaliza-se com as referências consultadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Por tratar-se de uma análise bibliométrica, os conceitos apresentados a seguir decorreram da coleta, filtragem e normalização dos dados, que surgiram nas publicações que tratam de Comissões Próprias de Avaliação de Instituições de Ensino Superior. Por isso, considerou-se oportuno apresentar, à luz da literatura vigente e da legislação do MEC, os significados de três temas que se relacionam: autoavaliação, comissão própria de avaliação e ações decorrentes da autoavaliação.

2.1 AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação na educação superior, orientada pelo SINAES (2004), deve ser conduzida assegurando “avaliação institucional, interna e externa [...]” (BRASIL, 2004). No entanto,

dada a importância e escassez de estudos sobre avaliação interna, este estudo foca a avaliação institucional interna, tratada aqui também como autoavaliação ou simplesmente avaliação interna.

Como destacam Matuichuk e Silva (2013), a avaliação institucional no Brasil é dividida em duas modalidades: a autoavaliação, coordenada pela CPA, e a avaliação externa, realizada por avaliadores do INEP. A autoavaliação é considerada uma etapa fundamental na avaliação institucional, pois permite que seja feito um diagnóstico real da situação da IES, proporcionando à gestão universitária informações valiosas para o planejamento e tomada de decisão.

A avaliação interna precede a externa, pois além de subsidiar os avaliadores do INEP com informações precisas, permite que a instituição busque sanar seus problemas sem depender de uma indicação externa para isso. Neste sentido, Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006) afirmam ainda que a avaliação interna visa criar a prática de avaliação e reflexão nas IES, não tendo como objetivo principal atender a avaliação externa.

Para tanto, é importante compreender os conceitos de autoavaliação para posteriormente estudar as ações inerentes às Comissões Próprias de Avaliação. De acordo com Vargas (2004, p. 20), autoavaliação consiste em um processo “de análisis y reflexión introspectivo y prospectivo acerca Del próprio que hacer educativo, necesario para mejorar el servicio que brinda una institución educativa.” Ao encontro da ideia de utilizar a avaliação para melhorar o serviço da educação, Tavares, Oliveira e Seiffert (2011) defendem que ela é fundamental no controle, coordenação e planejamento das universidades.

O desafio fundamental da avaliação é apontado por Vargas (2004) como sendo a busca de soluções num processo de melhoria da educação, tornando necessária a criação de um clima organizacional que facilite a prática da avaliação participativa.

Os processos de autoavaliação são diversos, visto que cada Instituição desenvolve o seu. No entanto, quando se fala em autoavaliação alguns elementos não podem faltar, tais como: planejamento de instrumentos, questionários, participação dos segmentos, periodicidade de avaliação, reflexão e análise dos dados coletados.

Avaliar não consiste simplesmente na aplicação de instrumentos, também compreende valorizar as informações coletadas, devendo ser realizada enquanto as coisas acontecem e não após os fatos terem ocorrido (FERREYRA; EBERLE, 2009).

Tendo em vista a relevância da autoavaliação no planejamento e desempenho da instituição é fácil perceber a importância que a CPA, comissão encarregada de coordenar todo o processo, tem no desenvolvimento da instituição. A próxima seção se dedica a isso, desde sua constituição às suas principais atribuições.

2.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A regulação, no que tange à Comissão Própria de Avaliação, oferece autonomia na sua constituição nas IES, desde que se observe diretrizes para com a sua participação e composição. A participação compreende todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada. Esses segmentos devem estar representados de forma proporcional, ou seja, nenhum segmento pode ter maioria absoluta. A composição, por sua vez, deve ser amplamente divulgada, assim como todas as suas atividades. (BRASIL, 2004).

Entre as principais competências comuns das CPAs estão o planejamento da avaliação e a participação da comunidade acadêmica, que segundo Polidori, Marinho-Araujo e Barreyro (2006) deve estar comprometida com o processo. Mas, suas atribuições também passam pela sistematização e prestação de informações solicitadas pelo INEP.

Então, as atividades das CPAs vão desde o planejamento da avaliação, a sensibilização dos segmentos, a elaboração dos instrumentos, até a divulgação do relatório final, que no entendimento de Andriola (2009) compreende o fechamento das atividades desenvolvidas.

Segundo Silva e Gomes (2011), a última etapa, de consolidação da avaliação interna, é muito importante porque vai além de um diagnóstico, devendo promover o debate, baseado nos resultados obtidos, com toda a comunidade acadêmica e a sociedade. A CPA, então, deve extrair desse debate propostas de ações que visem a melhoria e o desenvolvimento institucional, bem como crie condições para o processo de avaliação externa.

As avaliações internas e externas precisam ser interdependentes, pois a primeira servirá de base para a segunda, devendo conter informações claras e precisas, previamente debatidas com a comunidade e apresentadas em relatórios esclarecedores tanto para o gestor quanto para os avaliadores externos.

Sendo assim, a atuação da CPA extrapola a simples elaboração e aplicação de um instrumento de avaliação interna, agindo também com destaque no momento do debate institucional de seus resultados, fazendo com que a avaliação não seja apenas uma burocracia cumprida, mas valorizando a essencial função de diagnosticar para resolver.

2.3 AÇÕES DECORRENTES DA AUTOAVALIAÇÃO

Quando se trata de ações que decorrem de processos avaliativos há de se considerar a adequação e a efetividade do planejamento institucional e sua relação com as atividades educativas. Os resultados da avaliação são ou deveriam ser considerados como elementos de gestão para que a gestão institucional possa ter subsídios para planejar e realizar as ações e os investimentos.

O intuito da avaliação deve ser compreender os processos organizacionais, administrativos e pedagógicos para poder atuar nos aspectos mais deficitários, buscando a melhoria contínua dos resultados (ANDRIOLA; ARAÚJO, 2016).

A autoavaliação busca estabelecer um padrão de qualidade na Educação Superior e os resultados desse processo devem gerar melhorias nos níveis de qualidade, possibilitando que os gestores façam as correções necessárias para o aprimoramento educativo (MABA; MARINHO, 2012).

O planejamento deverá utilizar os resultados propiciados pelas sistemáticas avaliativas, objetivando potencializar o desenvolvimento institucional, através do aprimoramento constante dos processos e das atividades (ANDRIOLA, 2009). Nesse sentido, “para que a dimensão de avaliação e gestão se relacione é muito importante que haja uma ampla compreensão da realidade institucional em sua totalidade e de projeção de ações de modo a alcançar os objetivos institucionais” (FERREIRA; FREITAS, 2017, p. 204).

Há duas Notas Técnicas, nº62 e nº65/2014, elaboradas pelo INEP e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, que tratam do roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional e da definição da estrutura do Relato Institucional. Esses documentos ratificam a importância da avaliação institucional e do que decorre dela.

Os objetivos constantes na Nota nº62 salientam a importância da autoavaliação das IES para a educação superior, sugerindo roteiro para a elaboração dos relatórios. Já a Nota nº65 é clara em um de seus objetivos que visa “ampliar e fortalecer a relação entre os processos de avaliação e os de gestão, bem como o autoconhecimento das IES e o consequente aprimoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (INEP, 2014).

O roteiro constante na Nota nº65 para fins de elaboração do Relatório Institucional também apresenta a importância da integração das ações de avaliação, sejam internas ou externas, com as atividades acadêmico-administrativas da IES, demonstrando as ações implementadas e as melhorias da instituição para fins de elaboração do Relatório Institucional.

Então, a regulação é esclarecedora ao orientar o que deve constar nos relatórios institucionais, como é o caso das informações relativas a como as avaliações influenciaram ou modificaram o processo de gestão da IES e seus planos de melhoria. Tais informações devem revelar o quanto foi alcançado em relação ao que foi previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Logo, é no Relatório Institucional que deve aparecer descrito a estratégia adotada pela Instituição, e as ações e atividades dela decorrentes, se atende às orientações estratégicas definidas em seu planejamento, sendo essas: sua missão, sua visão e seus objetivos.

A ausência de informações relativas às ações decorrentes do processo de autoavaliação pode ameaçar seriamente o processo, pois a falta do emprego efetivo dos resultados avaliativos desmotiva a participação e pode aumentar a crença na impossibilidade de mudança e aperfeiçoamento institucional (ANDRIOLA; ARAÚJO, 2016).

A pesquisa em sites de CPAs de instituições públicas e privadas revela basicamente ações de melhoria decorrentes da autoavaliação de cursos de graduação. Acredita-se que isso é frequente diante de um indicador da dimensão didático-pedagógica constante no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância que compreende “as ações decorrentes da autoavaliação de um curso de graduação” (INEP, 2016).

A partir desses três conceitos prévios apresentados que são a autoavaliação, a CPA e as ações decorrentes da autoavaliação, a próxima seção visa apresentar os caminhos metodológicos desta pesquisa.

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza bibliométrica, pois se analisou a produção científica sobre autoavaliação institucional no Portal de Periódicos CAPES/MEC, que é uma biblioteca virtual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que reúne um acervo de periódicos online e bases referenciais em todas as áreas do conhecimento.

Numa perspectiva quantitativo-descritiva, a bibliometria se mostrou útil neste estudo para maior conhecimento do que está se produzindo sobre o tema, e também para posterior posicionamento crítico diante dos achados desta pesquisa.

Em dezembro de 2016 foi realizada busca avançada no Portal, quando foi pesquisado o termo “autoavaliação institucional”, constante nas produções científicas, neste caso artigos em qualquer idioma, nos últimos 10 anos.

Além dos filtros utilizados na base de dados, os resultados obtidos foram apartados em oito conjuntos: artigos sobre autoavaliação na área de saúde, na administração pública, no ensino básico, na educação a distância, em Universidades internacionais, privadas, estaduais e federais, sendo o último grupo o foco deste estudo.

O critério de escolha da base foi que as produções nesse tema se dão tanto no âmbito da administração como no da educação, não bastando escolher uma base de dados especializada em uma área, um dos principais motivos da escolha do Periódicos Capes.

Optou-se, então, pela metodologia bibliométrica na perspectiva de Vanti (2002) que se vale da produção científica mediante categorias, analisando em profundidade o tema nos artigos publicados.

Buscaram-se inicialmente artigos que apresentassem ao longo do texto o termo “autoavaliação institucional”. Ao total foram analisados 40 artigos que continham as palavras ao longo do texto, incluindo título, palavras-chave, resumo e demais itens. Desses, 30 foram descartados, pois se observou que se enquadrava em outros espaços, não tendo relação com a avaliação institucional em universidades federais brasileiras.

Em linhas gerais, a intenção era conhecer a produção intelectual em determinado campo do conhecimento, neste caso, autoavaliação institucional, corroborando com Menezes (1993, p. 40), quando define a produção intelectual como: "O conjunto de estudos realizados por pesquisadores de diversas áreas, gerando conhecimento, sendo este aceito pela comunidade científica, e os resultados dos estudos divulgados em veículos de comunicação formal, informal e não convencional". Isso reforça a intenção da pesquisa de analisar a geração de conhecimento produzido em determinada área.

A etapa seguinte consistiu na análise de categorias conforme o Quadro 1. Essas categorizações foram realizadas de forma interpretativa pela leitura dos artigos. A categoria “autoavaliação institucional”, que é essencial na análise dos avanços conceituais sobre o tema, ilustra o processo de autoconhecimento que é conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a participação da comunidade institucional, de modo a analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. (INEP/DAES/CONAES, 2014).

Também se identificou se os autores definiam na sua produção textual um conceito sobre CPA além da legislação vigente. Além disso, nesta categoria de análise, há de se considerar outros elementos, tais como: composição da CPA, atividades desenvolvidas, relação com o desenvolvimento institucional, avaliação do docente pelo discente, entre outros. Por isso, ratifica-se a utilidade da bibliometria enquanto opção metodológica, pois, como destaca Teixeira *et al* (2013, p.443), ela promove uma análise paradigmática, ou seja: “qual tem(êm) sido a(as) abordagens paradigmáticas que tem (êm) subsidiado um determinado tema que pretendemos conhecer melhor?”

As “referências” também foram consideradas como categoria de análise deste estudo, na intenção de verificar-se quais autores tem influenciado os estudos sobre o tema.

A seguir, analisaram-se os “caminhos metodológicos” dos artigos, a fim de identificar-se as abordagens epistêmica e metodológicas dominantes e não-dominantes no campo, a qual é parte da classificação proposta por Teixeira *et al* (2013) para os estudos bibliométricos em Administração. A frequência também pode inferir se determinada metodologia e técnicas de pesquisa são mais propícias para pesquisa sobre o assunto. Consideraram-se as metodologias apresentadas nos textos, incluindo técnicas, ferramentas e concepções de pesquisa.

Após, explorou-se a relação da “autoavaliação com outras categorias de análise”, assim como os “modelos de autoavaliação apresentados” nos artigos, seja numa dimensão prescrita ou aplicada. A relação com outras categorias de análise foi útil não apenas por evidenciar frequências nesta relação, mas para subsidiar a análise das relações da autoavaliação com outras categorias.

Já os modelos ou abordagens apresentadas foram importantes na análise ao revelar essencialmente a prática da autoavaliação em instituições de ensino superior, relacionando quantitativo de modelos citados, prescritos e aplicados nos estudos teórico-empíricos.

Por fim, a análise da presença de ações decorrentes da autoavaliação foi considerada na identificação da presença ou da ausência de um conteúdo empírico nos artigos pesquisados, que aborde o retorno que a autoavaliação dá à comunidade acadêmica, por meio de ações de melhoria alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional. A seguir, apresenta-se um quadro que sintetiza as categorias de análise investigadas.

Quadro 1 – As Categorias de Análise

Categoria de Análise	Descrição da Categoria de Análise
Autoavaliação Institucional	Processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer.
Comissão Própria de Avaliação - CPA	Comissão atribuída de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações ao INEP.
Referências	Autores mais citados que investigam o tema.
Caminhos Metodológicos dos artigos investigados	Abordagens metodológicas predominantes nos ensaios teóricos ou estudos teórico-práticos, frequência de pesquisas qualitativas, quantitativas ou ambas.
Autoavaliação e suas relações	Frequência e Análise das relações da CPA com outras categorias de análise
Modelos de autoavaliação	Quantitativos de modelos citados, prescritos, assim como modelos aplicados, explicados nos estudos.
Ações decorrentes da autoavaliação	Apresentação de ações de melhoria, decorrentes dos problemas identificados na autoavaliação.

Fonte: as autoras.

4. RESULTADOS

Todos os dez artigos discorrem sobre autoavaliação, apresentando conceitos conforme a legislação vigente (CONAES, 2004; SINAES, 2004). Sete desses contém em suas palavras-chave o termo “autoavaliação”, em dois constam o termo “CPA ou Comissão Própria de Avaliação” e em dois o termo “avaliação institucional”. Dois artigos descrevem o histórico da avaliação no ensino superior no Brasil desde a década de noventa até a atualidade.

No que se refere à autoavaliação conduzida pela CPA, dois tratam especificamente de Comissão Própria de Avaliação – CPA. Um deles investiga o trabalho das CPAs à luz de um ator fundamental no processo, que é o coordenador. Apresenta o trabalho da coordenação, concepção de avaliação e expectativas quanto ao atual sistema avaliativo. O outro, apresenta a

avaliação institucional no contexto do SINAES, com ênfase especial na atuação da CPA, analisando os principais aspectos da Comissão, desde problemas políticos em sua constituição, passando pelo seu papel na instituição, até condições de trabalho e o diálogo com o INEP. Mas, nenhum dos estudos conceitua ou relaciona os objetivos da CPA além do que está prescrito na legislação vigente.

Nos dez artigos analisados, José Dias Sobrinho aparece como principal referência, tendo publicações referenciadas vinte e quatro vezes nesses estudos. Após, observa-se predominância de três outros autores: Dilvo Ristoff, sendo referenciado onze vezes, Denise Leite e Valdemar Sguissardi referenciados seis vezes cada um. Em seguida, aparecem cinco referências de Maria do Carmo Peixoto nos textos, três dos autores Luiz Antônio Cunha e Newton Cesar Balzán, e por fim, Isaura Belloni é referenciada duas vezes nos artigos analisados. Os demais autores aparecem uma única vez nos textos, por isso não foram considerados neste estudo.

No que se refere às abordagens metodológicas predominantes, observa-se quatro ensaios teóricos e seis estudos teórico-práticos. Ou seja, há certo avanço no plano aplicado, o que é importante se tratando de ações de autoavaliação e CPA. No segundo grupo, a metodologia desenvolvida compreende análise quali-quantitativa, estudo de caso, uso de questionários na forma eletrônica com questões abertas e fechadas, análise documental, assim como reuniões de sensibilização do tema com os sujeitos investigados.

Dentre as formas de se realizar avaliação interna estão os instrumentos no modelo de questionários, muito comuns, por exemplo, nas avaliações dos docentes realizadas pelos discentes. No que diz respeito a esse processo de avaliação, Matuichuk e Silva (2013) destacam que este proporciona aos alunos uma participação efetiva na busca pela melhoria da qualidade do ensino da Instituição, e orienta os professores nas possíveis correções de posturas, atitudes e comportamentos que conduzam, com equilíbrio, o desenvolvimento de suas práticas didático-pedagógicas. No âmbito geral, o sentido da autoavaliação está em avaliar a IES de maneira global, buscando identificar a coerência entre a missão e as políticas institucionais realizadas, visando à melhoria da qualidade institucional (SILVA; GOMES, 2011).

Quanto ao quesito que busca relações entre autoavaliação e outras categorias de análise, a relação é permeada pelos seguintes temas: visão da coordenação de CPA sobre o processo de avaliação institucional, reflexões sobre as dez dimensões abordadas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, a participação da comunidade acadêmica em relação à existência de democracia no processo de avaliação institucional da IES, a relação entre regulação e controle estatal, a avaliação que privilegie a criação e implementação da cultura de avaliação e autoavaliação, e a avaliação das atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e infraestrutura por docentes e discentes.

Não se observou nos artigos pesquisados alguma relação entre autoavaliação e Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, embora a Nota Técnica nº065 do INEP (2014) destaque a importância disso. Contudo, acredita-se que o autoconhecimento da instituição é fator decisivo para seu posicionamento perante a sociedade, bem como sua missão e visão. Os esclarecimentos advindos de uma adequada avaliação institucional proporcionam valores importantes no momento de planejar e executar ações, facilitando assim as tomadas de decisão, que passam a ser feitas em um cenário conhecido e não apenas deduzido.

Nesse sentido, a avaliação, como fonte rica de informações, é diferencial na gestão universitária, pois como defendem Ferreyra e Eberle (2009) a informação é um dos principais

recursos de poder nas organizações e a produção e difusão dela sobre o desempenho do sistema educativo é uma maneira de apostar na participação e comprometimento dos atores da Instituição.

Observa-se que a prática da autoavaliação não avança além dos requisitos legais. Dos dez artigos, apenas um propõe um modelo conceitual para a gestão e avaliação estratégica da responsabilidade social em instituições de educação superior que pode ampliar o debate.

Por fim, a análise da categoria referente às ações decorrentes da autoavaliação mostrou que dos dez artigos, apenas um apresenta esse tipo de informação. Nesse estudo, descreve-se ações institucionais que foram planejadas e executadas no âmbito do ensino, pesquisa e extensão decorrentes de demandas da comunidade universitária. Essas ações institucionais decorrem de três elementos presentes no processo da autoavaliação: dialogicidade, participação e diretividade. A primeira compreende o diálogo entre gestão e comunidade. A participação se refere ao esforço coletivo entre a comunidade, representada pelos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos. E a diretividade se refere às ações executadas com vistas ao alcance de propósitos, objetivos e metas, estabelecidos a priori, pela comunidade interna da universidade (ANDRIOLA, 2009).

Diante desta análise bibliométrica sugere-se que outras categorias sejam consideradas para que se avance sobre o sentido da autoavaliação na educação superior. Por isso, este estudo não implica no esgotamento de pesquisas sobre o tema.

5. CONCLUSÃO

O estudo revela que há muito a avançar em se tratando de autoavaliação, o que parece evidente diante das categorias analisadas, aqui relatadas. Basicamente, as CPAs atendem aos requisitos legais, mas ainda é um instrumento de gestão pouco aproveitado.

De modo geral, a impressão que se tem é que os resultados da autoavaliação são poucos, em se tratando de sua relação com a gestão institucional. Há necessidade de análise e de debate no espaço institucional, de forma a desenvolver instrumentos gerenciais efetivos. Como destacam Murad e Pasin (2016), são necessários instrumentos que permitam a criação de estratégias de melhorias.

O ato de avaliar o andamento da Instituição permite que sejam redesenhados planos e metas, corrigidos gargalos e realocados recursos na solução das principais necessidades apontadas pela comunidade acadêmica. Diante disso, corrobora-se com Griboski e Funghetto (2013), quando declaram que a sistematização da avaliação subsidia mudanças na instituição, assegura qualidade e consolida a educação superior no país.

Por fim, cabe salientar que os resultados deste estudo decorrem de pesquisa no Portal de Periódicos Capes, o que indica uma limitação deste estudo. Talvez investigando outras bases de dados, periódicos específicos sobre avaliação e anais de eventos de referência na área encontre-se outro retrato de autoavaliação e de seu meio de viabilização via CPA. Sugerem-se, então, novas pesquisas que possam subsidiar novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, W. B. Planejamento Estratégico e Gestão Universitária como Atividades Oriundas da Auto-Avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES): o Exemplo da

Universidade Federal do Ceará (UFC). **Revista Iberoamericana de Evaluación Educativa**, Madrid, v. 2, n. 2, p. 82-103, oct. 2009.

ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, A. C. Relevância do uso de indicadores de gestão para a autoavaliação e o planejamento estratégico de Instituições de Ensino Superior. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 24, p. 515-533, set./dez. 2016.

ANDRIOLA, W. B.; SOUZA, L. A. Representações Sociais dos Gestores e dos Técnicos das Unidades Acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) Acerca da Autoavaliação Institucional. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 45-72, jul. 2010.

AUGUSTO, R.; BALZAN, N. C. A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá Outras Providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BRASIL. Portaria nº 2.051, de 09 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

FERREIRA, M. S.; FREITAS, A. A. S. M. Implicações da avaliação institucional na gestão universitária: a experiência da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 201-221, mar. 2017.

FERREYRA, H. A.; EBERLE, J. M. La evaluación institucional en iberoamérica: una cuestión pendiente. **Hallazgos - Revista de Investigaciones**, año 6, n. 12, p. 17-45, julio-diciembre de 2009.

GRIBOSKI, C. M.; FUNGHETTO, S. S. O Sinaes e a qualidade da educação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 49-63, jan./jun. 2013.

INEP/DAES/CONAES. Nota Técnica nº 062, de 09 de outubro de 2014. Definição da Estrutura do Relatório Institucional. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n62_relato_institucional.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

INEP/DAES/CONAES. Nota Técnica nº 065, de 09 de outubro de 2014. Roteiro Para Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17007-ata-conaes-111-022015-anexo-02&category_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 15 abr. 2017.

INEP/MEC. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf>. Acesso em: 10 Mar. 2017.

_____. **Inep divulga Indicadores de Qualidade da Educação Superior 2015**, mar/2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/666223>. Acesso em: 10 Mar. 2017.

MABA, E. G.; MARINHO, S. V. A Autoavaliação Institucional no Processo de Tomada de Decisão em IES: Estudo de Caso das Faculdades SENAC/SC. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 455-480, jul. 2012.

MATUICHUK, M.; SILVA, M. C. Avaliação do docente pelo discente na melhoria do desempenho institucional: UTFPR/SIAMI. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 79, p. 323-348, abr./jun. 2013.

MURAD, E. P.; PASIN, L. E. V. A Análise da Importância dos Modelos de mensuração para avaliação do impacto em negócios sociais. 2016. ANPAD. **Núcleo de Política e Gestão Tecnológica**. Trabalho apresentado ao 29º Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, São Paulo, 2016.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p.425-436, out./dez. 2006.

SILVA, A. L.; GOMES, A. M. Avaliação Institucional no Contexto do SINAES: A CPA em Questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v.16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011.

TAVARES, M. G. M.; OLIVEIRA, M. A. A.; SEIFFERT, O. M. L. B. Avaliação da educação superior na revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação: ênfases e tendências. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 233-258, abr./jun. 2011.

VARGAS, A. I. M. La evaluación educativa: concepto, períodos y modelos. **Revista Electrónica Actualidades Investigativas em Educación**, San José, Costa Rica, v. 4,n. 2, p. 1-28, jul./dic. 2004.

VENTURINI, J. C. *et al.* Percepção da avaliação: um retrato da gestão pública em uma instituição de ensino superior (IES). **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 32-53, jan./fev. 2010.